EDUCAÇÃO

FHC anuncia bolsas para docentes federais

REMUNERAÇÃO MAIOR

Impacto do incentivo sobre o salário dos professores

Classe	Remuneração (R$)	Bolsa (R$)	Variação	Observação
Adjunto IV	2.610,84	1.100,00	42,13%	Professor com doutorado, dedicação exclusiva
Adunto I	2.287,91	1.100,00	48,08%	
Assistente IV	1.749,22	750,00	42,88%	Professor com mestrado, dedicação exclusiva
Assistente I	1.532,71	750,00	48,93%	
Auxiliar IV	1.124,82	400,00	35,56%	Professor com especialização, dedicação exclusiva
Auxiliar I	985,82	400,00	40,58%	

CUSTO MENSAL

	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
Nº de bolsas	2.877	8.199	6.610	17.686
Custo (R$)	1.150.800,00	6.149.250,00	6.281.825,00	13.581.875,00

Fonte: MEC

CUSTO ANUAL: R$ 162.982.500,00

ArtEstado

Objetivo é incentivar com remuneração superior professores que se dediquem à graduação nas 52 universidades federais

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – O governo aplicará este ano R$ 162,9 milhões em bolsas para professores que se dediquem ao ensino nos cursos de graduação das 52 instituições federais de ensino superior (Ifes). As bolsas variam de R$ 400,00 a R$ 1.100, mas serão concedidas a apenas uma parcela dos professores de cada instituição. A medida foi considerada insuficiente por alguns reitores presentes à solenidade de lançamento do programa, ontem, no Palácio do Planalto, presidida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Nesse momento, começamos a reparar uma situação de injustiça salarial", afirmou o presidente Fernando Henrique, ao assinar a medida provisória de criação do programa de incentivo à docência. Alguns reitores, porém, afirmaram que a solução encontrada pelo governo é insuficiente por não incluir pessoal técnico.

REITORES CONSIDERAM MEDIDA INSUFICIENTE

"Embora positiva, a medida não deve substituir a necessidade de reajuste", disse o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes da Ifes, Tomás Santos. Ele e outros reitores acreditam que o programa poderá vir a criar um problema administrativo na hora da distribuição da cota entre os docentes. "Vamos pedir um aumento do número de cotas", adiantou.

"Estamos fazendo o que é possível com os recursos disponíveis", salientou Fernando Henrique aos reitores. "Pareceu-nos que o mais adequado agora seria incentivar aqueles que se dedicam ao ensino, o professor que está em sala de aula", disse o presidente, explicando que os reitores teriam, com as bolsas, um instrumento para aliviar a pressão salarial. "Não será dado de forma indiscriminada", disse Fernando Henrique. "É para os professores que mais se esforçam e trabalham." Pelas regras do Programa de Incentivo à Docência, cada uma das instituições receberá uma cota de bolsas correspondente a, no máximo, 60% do número de docentes com título de doutor, 50% com título de mestre e 30% de especialização. Válidas por dois anos, as bolsas para doutores (tipo A) são de R$ 1.100 mensais.

As bolsas do tipo B, destinadas aos mestres, são de R$ 750,00. As do tipo C, para docentes com especialização, são de R$ 400,00 mensais. O impacto da bolsa será maior para os doutores e mestres da classe adjunto e assistente 1, que terão um aumento de 48% de complementação na renda.

Os professores que já possuem bolsa do CNPq só têm direito a 75% do valor das bolsas do programa do MEC. O governo ainda precisará aprovar no Congresso um crédito suplementar para aplicar o valor total previsto no programa.

Uma comissão especial em cada instituição definirá como distribuir as bolsas. O professor candidato terá de estar em regime de trabalho contratado de 40 horas ou dedicação exclusiva, além de dedicação de pelo menos dez horas semanais à docência, incluindo, obrigatoriamente, seis horas semanais no ensino de graduação, com presença em classe. "Não se pede nenhum exagero, porque seis horas em sala de aula é o mínimo", observou o presidente.

Os reitores foram surpreendidos pelo teor do programa. "Ainda vamos ter de digerir", disse o presidente da Associação dos Dirigentes das Ifes.